

O caminho do ajuste é difícil. Mas já é possível entrever a porta de saída.

IGOR CORNELSEN (*)

Existe uma grande dificuldade para entender o que efetivamente está ocorrendo na economia brasileira, qual é a estratégia da equipe e o que se deve esperar daqui para a frente. Mas o caminho que começa a ser percorrido já pode ser antecipado.

A nova equipe econômica encontrou o Brasil com a inflação reprimida, a taxa cambial atrasada e uma política monetária frouxa. Evidentemente, a inflação iria subir sem escapatória.

A opção inicial parecia ser a tentativa de um acordo com a oposição, a fim de que pudéssemos ter uma saída negociada para a eliminação da inflação e a volta do crescimento econômico, no âmbito de um acordo como ocorreu no México e na Espanha. Não deu certo, porém.

Quando o entendimento pareceu inviável, a equipe partiu para um choque econômico ortodoxo, que consiste em um ajuste cambial, implementado parcialmente no final de setembro, para recuperar o saldo comercial; a privatização, onde o governo pareceu realmente empenhado em fazer com que o programa deslanchasse; e um ajuste fiscal, cuja parte que independe do Congresso está em

pleno progresso: recuperação de tarifas das estatais e aumento das alíquotas de IPI para automóveis, cigarros e bebidas. Paralelamente, as autoridades econômicas buscam apoio a seu programa ortodoxo em Washington, junto ao FMI — e provavelmente obterão.

A inflação subiu e talvez suba ainda mais, pois todos os preços estão liberados e, no choque ortodoxo, sempre ocorre uma inflação corretiva no primeiro momento. Ela, porém, não se perpetua, já que só os salários mais baixos estão indexados. Se o governo tiver a coragem de manter o programa de ajuste, a inflação pára de subir no fim do ano e a queda do ritmo do crescimento dos preços começará a partir de março, chegando-se no final de 1992 a patamares mais civilizados. Provavelmente em 1993 seja possível obter menos de 50% de inflação anual.

O governo precisa ainda regularmentar a economia, como fez a Argentina por decreto, há duas semanas; reduzir os entraves à importação; reduzir as barreiras alfandegárias para um máximo de 20% de imposto *ad valorem*; e desvalorizar o câmbio, unificando-o com o dólar turismo, portanto num patamar mais elevado que o câmbio co-

mercial atual. Estas duas últimas medidas só seriam viáveis após o acordo com os credores externos, o Clube de Paris e o FMI, ou após a recuperação das exportações, o que provavelmente já está em curso, com ganho de reservas cambiais.

Resumindo, o choque agora é de liberdade de preços, mais competição e menos burocracia. Se o governo prosseguir nesta rota, terá êxito e também muita oposição. Infelizmente, não há outra alternativa, porque o pacto das elites falhou.

Na verdade, nada disto é novo. Tivemos na América Latina as mesmas reformas. No Chile, a partir de 1983; no México, a partir de 1987; na Venezuela, a partir de 1990; e na Argentina, desde que Menem está no poder. Na era das comunicações via satélite, do fax, do DDI e dos jumbos, não há outra alternativa. O modelo econômico do Brasil tornou-se obsoleto e precisa de reformas. Aparentemente, estas começaram efetivamente a partir do final de setembro, mas ainda não são compreendidas. Se efetivamente é este o caminho, ele não será fácil. Mas volta a haver luz no fim do túnel.

(*) Representante do Chartered West Land Bank no Brasil